

REVISTA



Nº 62 - MAIO/JUNHO DE 2025

RECONEXÃO PERIFERIAS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Novo mundo do trabalho e desafios para a sustentabilidade

**Gilberto Carvalho: "A
economia solidária é
parceira da natureza"**

**Caderno Chacinas e
Conflitos Agrários teve
lançamento em Brasília**

Novo mundo do trabalho e desafios para a sustentabilidade



FOTO: PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

A revista **Reconexão Periferias** traz nesta edição temas que marcam a agenda do movimento social em maio e junho, quando emergem para o debate público os desafios do mundo do trabalho e a sustentabilidade ambiental, dois campos que se conectam em várias frentes.

Sobre as mudanças climáticas, o Coletivo Ponta de Lança - constituído por jovens mulheres negras periféricas de Manaus (AM) - entrevistou a professora Marilene Corrêa, que teceu reflexões sobre a *30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas*, que ocorrerá em novem-

bro de 2025, em Belém (PA). O texto elaborado com base na entrevista evidencia as dimensões do lugar reservado aos povos da Amazônia nos debates nacionais, internacionais e globais sobre as mudanças climáticas.

Em relação aos novos desafios do mundo do trabalho, a revista en-

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ CONSULTOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE RUAN BERNARDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, DARLENE TESTA E BARBARA MARTINS ALVES DOS SANTOS ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), BRENNO ALMEIDA (VICE-PRESIDENTE), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ALEXANDRE MACEDO DE OLIVEIRA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, MONICA VALENTE, NAIARA TORRES E VALTER POMAR.

trevistou secretário de economia popular e solidária Gilberto Carvalho, do Ministério do Trabalho. Para ele, se cada vez mais brasileiros viram microempreendedores ou autônomos, as cooperativas aparecem como solução inteligente. “Quando as pessoas se juntam numa cooperativa, tudo fica mais fácil – têm formalização, direitos trabalhistas e ainda dividem os ganhos”, afirma. Ele também argumenta que esse modelo combina com um mundo mais sustentável. “A economia solidária é parceira da natureza. Enquanto o sistema atual está nos levando pro buraco, esse jeito de produzir respeita a terra e as pessoas”, defende.

Já a seção *Perfil* apresenta o coletivo Mulheres do Salgueiro, que surgiu em 2006 com a missão de defender os direitos das mulheres da comunidade

e sua inclusão em atividades produtivas por meio de cursos de qualificação em moda, costura, economia criativa e solidária e geração de renda. A organização é sediada em São Gonçalo (RJ), mas suas ações já se expandiram para outras localidades. Além de inúmeras ações na comunidade, realizou quatro festivais culturais, incluindo a Feira do Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária, que contou com mais de 3 mil visitantes e 150 expositores das regiões de São Gonçalo, Niterói, Maricá e Itaboraí.

A edição faz ainda um registro do lançamento, em Brasília, do caderno *Chacinas e Conflitos Agrários: os casos de Pau D’Arco e do Quilombo de Iúna*, que é o terceiro volume da Coleção “Chacinas e a politização das mortes: estudo de casos”,

idealizado pelo projeto. O evento reuniu representantes da Fundação Cultural Palmares, Secretaria Nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça, Secretaria Agrária Nacional e deputados federais.

Na seção de *Arte*, o artista visual autodidata e arte-educador paraense Gabriel Cardoso, conhecido com GC ARTE, narra sua trajetória. Nascido e criado nos Jurunas, uma das periferias mais potentes de Belém (PA), desde 2017 vem trilhando um caminho focado em narrativas pretas e amazônicas, que mistura cultura local, ficção científica e crítica social. Sua prática começou com desenho tradicional e evoluiu para a arte digital.

A edição traz também a seção *Oportunidades*.

Boa leitura! Boas lutas! ■

Qual o lugar das periferias amazônicas na COP 30?

COLETIVO PONTA DE LANÇA E PROFA. DRA. MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

COLETIVO PONTA DE LANÇA UTILIZA A COMUNICAÇÃO POPULAR, A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DOCUMENTAL E A PROMOÇÃO CULTURAL PARA O FOMENTO DE FORMAS DE AUTO ORGANIZAÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE PROJETOS PAUTEM O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA.

PROFA. DRA. MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS É DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (1997), PÓS-DOUTORA NA UNIVERSITÉ DE CAEN E NA UNESCO (2001-2002). É PROFESSORA TITULAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS.



FOTO: DIVULGAÇÃO

O Coletivo Ponta de Lança, integralmente constituído por jovens mulheres negras periféricas de Manaus (AM), entrevista a Profa. Dra. Marilene Corrêa e tece reflexões sobre os dispositivos que integram o mecanismo de construção da "30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas", que ocorrerá em novembro de 2025, em Belém (PA). Nesta entrevista, evidenciam dimensões do lugar reservado aos povos

da Amazônia nos debates nacionais, internacionais e globais sobre as mudanças climáticas.

Coletivo Ponta de Lança: O que representa a flagrante exclusão das instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil da Amazônia no processo de construção da COP 30?

Marilene Corrêa: representa de que lado está o poder que divide o mundo, as classes, o conhecimento, a fortuna, a credi-

bilidade. Se eles querem a ciência mais avançada, os parâmetros dos organismos internacionais, não vão nos procurar. A certeza da audiência e da credibilidade vai depender da força que a gente conseguir emanar dessa voz. Porque pra dizer o que nós dizemos cientificamente tem muita gente.

Talvez não tanto com a experiência de vida que nós, Amazônidas, temos, porque somos daqui. Sabemos o que é fazer ciência aqui, em melhores condições em qualquer parte do mundo. Sabemos o que é viver aqui com calor, com dificuldade, pagando o Brasil mais caro do mundo. O Brasil mais custoso tá aqui, a comunicação e a comida mais cara, a saúde mais precária, o transporte mais caro, a dificuldade de acesso às instituições públicas, maior para a política de saúde, educação, empregabilidade.

A Amazônia não tem emprego, a nossa produção da riqueza é altamente concentrada. Então, penso que vai ser um diálogo difícil para ter uma visão geral. Talvez um diálogo tenso, porque nós somos sujeitos com voz, não só indígenas, não só do movimento negro, não só dos excluídos, somos pessoas, um lugar institucional do Brasil. Isso a gente tem de ter clareza. Somos uma das universidades brasileiras (UFAM). Temos a formação que a ciência brasileira conseguiu nos dar e atuamos aqui dentro do Brasil. Só que esse Brasil também é a Amazônia, e a Amazônia está no centro desse debate.

Então, como é que eu vejo hoje essa organização? Ela tem essa dimensão diplomática que vai lidar diretamente com os chefes de Estado. E eles já têm os seus interlocutores. Eu não tenho a menor ilusão. Esses interlocutores são os seus assessores, os outros chefes de Estado e os interesses econômicos, políticos, culturais, sociais e finan-

ceiros que chegam até eles. Nós somos a sociedade, o outro lado. Como é que essas vozes vão ser filtradas para chegar até a agenda deles? Nós não pensamos igual em relação ao meio ambiente, ao desenvolvimento econômico. Em relação às nossas prioridades sobre o que tornar mais urgente, à mudança climática.

Não pensamos igual nem mesmo com os nossos países de fronteira da Amazônia. Eu estava falando em justiça ambiental, eles estavam interpretando em recursos pra eles. Nós estávamos debatendo a adaptabilidade climática, eles interpretando como as empresas precisam compensar os trabalhadores pra extrair mais, eles estão preocupados com desenvolvimento. E a gente está debatendo e criticando o desenvolvimento. Então, eu acredito que é uma conversa difícil, já falei, tensa, porque ela vai ser muito diversa. Ela não vai ter só diversidade étnica, cultural, econômica e política. Ela vai ser desigual do ponto de vista da

validação e do reconhecimento da legitimidade desse discurso. Então, essa é uma conversa difícil.

Mas eu acho que essa conversa vai ser pra valer, porque agora nós temos exemplos dessa mudança climática impactante. A Amazônia profunda é totalmente desprovida de justiça climática. Se existe um lugar onde a injustiça atinge a todos é com as populações desprovidas da Amazônia, ribeirinhas, as periferias das cidades amazônicas, que são terríveis, com ausência de recursos. Mas cada lugar tem um modo de receber e de sofrer essa injustiça e também de lutar contra ela. Então, para mim, essa é a dificuldade e será a tônica de um modo geral.

Por que você considera importante que a metodologia de sistematização dos interesses dos segmentos sociais sejam elaboradas por instituições de pesquisa da Amazônia? E por que é preciso ter vigilância sobre a metodologia a ser aplicada na formulação

do documento final da COP 30?”

Exatamente para não ser excluído. Para que aquelas vozes apareçam. Para isso não parecer só uma revolta ou uma coisa episódica. O que a gente teria que mostrar? Que esses projetos são desiguais, são de longa duração, que há pessoas inocentes desses processos de longa duração que já sobreviveram a várias gerações e já foram eliminadas na mesma condição e nada mudou. Então, é um registro de que, a partir do momento de uma urgência climática, essas populações têm que ser priorizadas. E nós não temos o item que esses trabalhadores pedem, somos muito injustos ambientalmente. Essas pessoas vão ser mantidas na condição de injustiçados do clima, da problemática ambiental, das políticas que recebem esses investimentos externos que fazem para as ONGs, para os assessores internacionais. Como é que nós vamos ter acesso a isso?

O que está em causa na verdade é a nossa

sobrevivência, nós vamos promover um novo esvaziamento das cidades da Amazônia ou uma nova reconfiguração da estrutura demográfica da Amazônia? Trazendo pessoas que moram em locais impróprios e não podem ser mais impactadas para a cidade? Como é que elas vão sobreviver, vamos criar campo de refugiados ambientais? Como a gente vê dos refugiados de guerra? (...) Eles vão correr para onde tiver um pouquinho mais de recurso, em caso de catástrofes, em caso de deslocamentos populacionais, de grandes epidemias que estão sendo esperadas, de busca de recursos, de comida, de remédio e de alternativas de sobrevivência, vão correr para onde? Manaus. Aqui pode ter certeza que vai ser uma das cidades de acolhimento, porque tem sido assim, né? Manaus recebe excluídos de várias partes do país, e vai ser assim também na questão das mudanças climáticas.”

A COP é o órgão supremo de tomada de decisões da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre

Mudanças Climáticas (UNFCCC). Nela, as Partes¹ revisam a implementação da Convenção e de quaisquer outros instrumentos legais que a COP adote (como o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris), e tomam as decisões necessárias para promover a implementação efetiva desses instrumentos. Diante da implementação de protocolos que inviabilizam a efetiva participação das instituições de pesquisa e dos movimentos sociais representativos de povos e comunidades tradicionais da Amazônia, Marilene Corrêa conclui:

“O que nós vamos pôr lá na COP? É a partir do barulho, nós vamos gritar. Não sei se vai ser igual aquela cúpula que houve na Espanha que gerou grito dos excluídos a partir de uma cúpula. Os indignados geraram depois aquele movimento em 2013, foi a partir de uma cúpula que aconteceu em algum lugar da Europa.” ■

Gilberto Carvalho: "Economia solidária é o caminho para um Brasil mais justo"

ROSE SILVA



FOTO: REPRODUÇÃO

O secretário de economia popular e solidária Gilberto Carvalho, do Ministério do Trabalho, não tem dúvidas: a economia solidária pode mudar a vida de muita gente. “É um jeito diferente de trabalhar, onde o que importa não é o lucro de poucos, mas o bem-estar de todos”, explica.

Num momento em que cada vez mais brasileiros viram microempreendedores ou autônomos, as cooperativas aparecem como solução inteligente. “Quando as pessoas se juntam numa cooperativa, tudo fica mais fácil – tem formalização, direitos trabalhistas e ainda divi-

dem os ganhos”, conta Carvalho.

Mas o que realmente empolga o secretário é como esse modelo combina com um mundo mais sustentável. “A economia solidária é parceira da natureza. Enquanto o sistema atual está nos levando

pro buraco, esse jeito de produzir respeita a terra e as pessoas”, defende.

Na entrevista, Carvalho revela como o governo quer espalhar essa ideia pelo país. “Queremos mostrar que dá pra fazer diferente – e melhor”.

De que forma a Lei Paulo Singer, sancionada pelo presidente Lula em dezembro, estimula o desenvolvimento da economia solidária no Brasil?

Depois de onze anos de tramitação no Congresso, a aprovação da Lei 15.068/2024, que cria a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária, é para nós muito auspiciosa e importante, porque ela vai de fato consolidar a economia solidária como política pública e de Estado. Depois do golpe, quando foi extinto até o Ministério do Trabalho e Emprego, acabou-se também com a Secretaria Na-

cional da Economia Solidária. Com a aprovação dessa lei, ficou mais difícil simplesmente extinguir a economia solidária, pois ela nos coloca numa situação institucional e permite que a gente possa receber financiamento público, compor o que se chama de um sistema nacional da economia solidária. Agora precisamos trabalhar a regulamentação. Porque, depois de aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente, para que de fato dê resultados, uma lei precisa ser regulamentada. Tem uma porção de decretos e portarias que vão permitir ter acesso real ao orçamento público, fazer chamadas públicas, ter condição, enfim, de ser uma verdadeira política pública com estabilidade reconhecida pelo Estado. Essa é a importância da lei Paul Singer, que comemoramos muito. Estamos num momento muito importante, porque nós acabamos de fechar um edital pelo qual contratamos quinhentos agentes de economia solidária que vão trabalhar nos territórios, junto com os agentes da cultura, os agentes de

saúde, para estimular o nosso povo a se engajar em processos, associações da economia solidária. Para ajudar esse povo a sair, muitas vezes, do desemprego, da informalidade, para se juntar em torno de iniciativas, seja uma horta comunitária, seja uma cozinha solidária ou comunitária, seja um grupo de mulheres ou homens que se juntam para fazer artesanato, para fazer qualquer produto, enfim, que possa ser produzido conjuntamente, construindo empresas comunitárias. Estamos aqui absolutamente à disposição, dentro do Ministério do Trabalho, apoiados muito pelo nosso ministro Luiz Marinho, pelo presidente Lula, para seguirmos em frente com essa missão, que é muito gratificante, porque a gente trabalha naquilo que é essencial: mudar a cultura do nosso povo, saindo do individual para o coletivo, na contramão de todo esse processo triste que nós vivemos hoje, de separação, ódio e exclusão.

Uma das principais questões enfrentadas

pelas pessoas que trabalham por conta própria no Brasil é que não têm proteção social e direito à aposentadoria. O senhor acredita que a organização desses trabalhadores no cooperativismo pode ajudar a sanar essa dificuldade?

Sem dúvida nenhuma a questão previdenciária é crucial no Brasil, onde os empregos crescem, mas grande parte deles, a maioria, não é formal. Então, há um drama. Você pega, por exemplo, os trabalhadores em aplicativo no Brasil hoje. Eles estão fora da Previdência, porque não foi regulamentada ainda sua profissão e a relação com as empresas de tecnologia, de transporte, que estão aí no mundo das plataformas. No caso, a economia solidária é, de fato, um ótimo caminho o trabalhador ter a sua formalização reconhecida sem necessariamente estar empregado em uma empresa. De que maneira? Quando você monta uma cooperativa de trabalhadores, ela recolhe impostos

e os pagamentos para a previdência pública. Então, sem dúvida nenhuma, é uma forma em que o trabalhador, além de ter um ganho pessoal, pode contribuir com a Previdência e exercer sua função sem depender da vinculação com o patrão. Nós falamos da economia solidária na autogestão. O que quer dizer autogestão? São os trabalhadores que são donos dos próprios equipamentos, donos dos meios de produção e gerem, gerenciam, governam, dirigem esse empreendimento de forma conjunta. A autogestão é isso. Os próprios trabalhadores fazem a gestão do seu negócio ou empreendimento. E com isso experimentam uma nova forma, uma nova possibilidade, um novo jeito de se produzir, se comercializar, se consumir. Economia solidária, além de um aspecto econômico e propriamente de produção, de consumo, de comercialização, é também uma filosofia de vida, na qual você troca a acumulação do poder e do lucro pela socialização, pela partilha da gestão e

dos ganhos que vêm do seu trabalho. Então, sem dúvida nenhuma, é um caminho muito saudável, eu diria, para o trabalhador ter a sua formalização e sua previdência.

Sem dúvida nenhuma a questão previdenciária é crucial no Brasil, onde os empregos crescem, mas grande parte deles, a maioria, não é formal.

O senhor mencionou que a questão dos aplicativos é urgente no Brasil, porque são trabalhadores bastante alijados dos direitos trabalhistas. Qual é o principal desafio para as cooperativas se desenvolverem, principalmente nessa área? O que poderia impulsionar essa prática?

Estamos aqui no Ministério do Trabalho lutando em duas frentes. Uma delas é a regulamentação do trabalho em plataforma. Não só para entregadores e motoristas, mas pensando também nas cuidadoras, nas domésticas,

em todo tipo de trabalho que hoje é organizado, de alguma forma, por meio de aplicativos. Toda revolução tecnológica traz um desafio. Porque a classe dominante, a elite, se apropria da tecnologia não para partilhar os acúmulos resultantes dela, e sim para aumentar a exploração. Foi assim no início da Revolução Industrial, quando o advento da máquina fez com que se criassem jornadas de trabalho de dezoito horas e assim por diante, a exploração das crianças, das mulheres. E agora a mesma coisa, aconteceu uma revolução tecnológica no mundo do trabalho, e a elite dominante do mundo todo tenta usar isso para romper, inclusive, direitos já conquistados pelos trabalhadores, como jornada de oito horas, salário mínimo, férias, descanso remunerado, direito à previdência e assim por diante. Então, num frente, nós, desde o ano passado, fizemos uma mesa tripartite, com governo, trabalhadores e patronato, para tentar chegar a um acordo para a regulamentação das



FOTO: FOTOS PÚBLICAS

profissões. Esse trabalho ainda está em curso. Com os motoristas, chegamos a um acordo, fizemos um projeto de lei, mas está parado há um ano no Congresso Nacional. E com os entregadores não foi possível fazer o acordo, porque as empresas saíram da mesa num dado momento. Mas agora, inclusive graças ao break nacional que eles fizeram e paralisaram atividades em duzentas cidades, conseguiram ter mais força. A gente voltou à mesa, e vamos chamar de novo o patronato para, de um jeito ou de outro, fazer um projeto de regulamentação. O que quer dizer isso? Que haja ganho mínimo para os trabalhadores, transparência no algoritmo. Que o trabalhador saiba quanto

está ganhando, com quanto a empresa está ficando, quanto custou a corrida para o passageiro, por que ele é punido, afastado e bloqueado, às vezes, pela empresa. Ele não sabe de nada disso, não há nenhuma transparência nesse processo. Além disso, há a questão da segurança. Quando um jovem pega uma moto emprestada ou alugada, sai fazendo entregas e se quebra, infelizmente, numa esquina da vida, a empresa não tem nada a ver, a não ser um seguro público, modesto que ela recolhe. Tudo fica por conta do próprio trabalhador e do Estado brasileiro, do SUS, por meio do benefício de prestação continuada, quando ele fica impossibilitado do trabalho e assim por diante. Esse é um fronte

de luta e uma novidade importante. Em junho, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) vai organizar uma reunião sobre esse tema, e o mundo todo vai fazer uma convenção para obrigar os países a promulgarem leis que regulamentem essas profissões. Não só dos entregadores, mas todas as atividades regidas ou intermediadas pela questão dos aplicativos. E, no outro frente, nós estamos estimulando os trabalhadores a construir suas cooperativas, que é uma forma também de autodefesa, de autossustentação, e o trabalhador pode sim ter sua cooperativa. A prova disso é que já foi criada a Liga Coop, em Caxias, mas se espalha por todo o país, e nós estamos apoiando essas cooperativas. Procurando, dando formação técnica e de autoconsciência da importância desse trabalho, apoiando a conquista de um software adequado, porque para trabalhar com entrega, por exemplo, ou como motorista, é necessário um aplicativo parrudo, capaz de dar conta de toda essa tec-

nologia que a Uber, 99, as empresas iFood usam. Nossa expectativa é que, de fato, daqui para a frente as cooperativas cresçam também nessa área, com os entregadores, porque a gente enxerga aí uma forma adequada de os trabalhadores não serem mais explorados, onde o lucro não seja a regra que dirija, digamos assim, essas relações de trabalho.

Falando um pouco sobre as periferias, observamos uma série de atividades econômicas que se desenvolvem naqueles locais. O senhor acredita que a economia solidária poderia melhorar a qualidade de vida dessas pessoas e impulsionar essas atividades?

Sim, sem dúvida nenhuma. Se uma senhora costureira trabalha para uma fábrica onde coloca uma etiqueta ou um botão, ela faz uma parte, digamos, de uma peça, de uma blusa, e entrega para o intermediário, que entrega para a fábrica. Qualquer uma dessas grandes redes de produção, por exemplo, no caso da confecção, trabalha muito assim, e

ela sofre uma exploração imensa. Se ela se juntar com mais cinco, seis ou com dez costureiras, elas vão poder fazer um trabalho muito diferenciado, obter um ganho muito melhor e sem a exploração de um intermediário nesse caso. Pode negociar, por exemplo, diretamente com a fábrica ou montar a sua própria marca e assim por diante. Um catador sozinho pelas ruas de São Paulo ou do Brasil tem muito mais dificuldade de conseguir vender o produto que ele, com muito suor e sofrimento, recolhe durante o dia. Se ele estiver numa cooperativa, pode conseguir entregar esse material coletivamente, ganhando melhor e tendo condições de trabalho mais adequadas. O pequeno agricultor, a mesma coisa, se ele sozinho vai vender, comprar o insumo ou vender o produto, tem muito mais dificuldade do que se estiver coletivamente envolvido em uma cooperativa. Então, a economia solidária tem uma proposta de melhorar a qualidade do trabalho e o ganho ao mesmo tempo

das pessoas. Nós temos inúmeros casos no Brasil, muito bem-sucedidos, de trabalhadores que, por exemplo, quando uma fábrica quebra, assumem a direção legalmente e passam a geri-la. Um dos casos mais conhecidos é a Uniforja, lá em Diadema. Eles conseguiram tomar posse da Conforja, que era a fábrica original, uma grande produtora de componentes, grandes plataformas, grandes tratores, peças enormes na metalurgia, e seguem produzindo, com todas as dificuldades naturais de empreendimento, mas dando conta do recado, com competência, com qualidade e assim por diante. Eu posso dar o exemplo da Justa Trama. É uma rede que agrega duas cooperativas do Nordeste, no Ceará, em Tauá, e Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde os trabalhadores cultivam o algodão orgânico. O algodão, como vocês devem saber, é uma das culturas que mais levam agroquímico pelo mundo afora, é terrível o envenenamento do algodão. Mas conseguem produzir o algodão

orgânico, agroecológico, consorciado com outras plantas. Parte dele inclusive é algodão colorido, aquele que a Embrapa desenvolveu, meio amaranhado. Os fardos são entregues por essas duas cooperativas, vendidos por uma outra cooperativa brasileira, que fica em Pará de Minas, onde uma fábrica, antiga tecelagem ocupada, o transforma em fios e parte dele já em tecidos. Esses fios e esse tecido são enviados para outra cooperativa em Porto Alegre, no bairro de Sarandi, onde a Univens, que é uma outra cooperativa, transforma os fios em malha e faz do tecido que chega uma confecção de alto nível, para ser vendida em boutiques. Aí os botões são feitos por uma outra cooperativa de mulheres trabalhadoras lá em Rondônia, a partir de um tipo de coco. Então, tudo isso vira um produto final, que produziu inclusão ao longo da sua trajetória da montagem, do fabrico, da produção, e, ao mesmo tempo, gerou um ganho decente e uma forma autogestionada de fazer uma peça de tecido, totalmente

diferente da forma tradicional que gerou, muitas vezes, trabalho escravo, sem condições ou baixo salário. E essa mesma cooperativa ganhou, já no final do ano passado, uma concorrência na rede de hospitais Conceição, em Porto Alegre, onde entregam para a área infantil toda a parte de roupa de cama. Então, aquelas crianças recebem uma roupa de cama de algodão orgânico, portanto, saudável, gerando, de um lado, conforto e saúde, e, ao mesmo tempo, um ganho importante para essa cooperativa. Então, eu fiz questão de contar essa história para mostrar como os trabalhadores são capazes de se auto-organizar e gerir o próprio negócio de forma coletiva. E não se trata de trabalhadores que querem ser pobres a vida inteira, não. É gente que quer melhorar o seu padrão de vida, só que não excluindo. Não o “farinha pouca, meu pirão primeiro”. Farinha pouca, partilhamos essa farinha, que ela se multiplica. Essa é a nossa filosofia e que tem dado certo em muitos lugares

desse país fora. Claro que podia ser melhor, mais amplo, se nós tivéssemos uma compreensão maior da economia solidária, se os governos investissem mais pesadamente. Mas isso é uma conquista que nós estamos aos poucos fazendo.

O senhor mencionou essa produção de algodão orgânico. Um grande desafio para o Brasil e o mundo é a produção sustentável de alimentos, inclusive. O senhor acredita que em outras áreas também o cooperativismo pode contribuir com a sustentabilidade ambiental?

Nós não temos escolha, precisamos jogar muito pesado nessa mudança do padrão produtivo, da forma de produção, do modelo de produção, do modelo de mercado, porque o jeito atual está nos levando à falência, nem preciso falar do que tem ocorrido no mundo ultimamente. A economia solidária combina totalmente, ela necessariamente é vinculada a essa proposta de uma nova

relação com a mãe Terra, com a produção. Então, a questão da agroecologia, do cultivo orgânico, é essencial para nós, assim como na outra ponta, a mudança dos parâmetros de consumo. Com o atual padrão de consumo, a Terra não aguenta. Como diz nosso querido Leonardo Boff, seriam necessários dois planetas para darmos conta desse padrão de consumo. A Terra não aguentou, já deu o grito, e aí estão as manifestações todas de tragédia que nós temos em todos os cantos do planeta. Então, entendemos, sim, que esse novo padrão, que não gera exclusão, mas que inclusão, partilha, solidariedade, fraternidade, e ao mesmo tempo, justamente por não ter ambição de acúmulo

do lucro, pode ter uma relação respeitosa com a Terra, com os limites do nosso planeta, a necessidade de preservar a vida em todas as suas dimensões, ele é essencial. Por isso que a gente diz sempre que a economia solidária não é só uma atividade econômica, mas também uma postura diferente frente à vida, é uma forma nova de produzir e comercializar de forma sustentável, onde ganha quem produz, quem intermedia e quem consome, em uma nova forma de consumo. Desse ponto de vista, nós estamos muito em linha com aquilo que o Papa Francisco, de saudosa memória, trabalhou muito fortemente, fazendo a sua convocação quando chamou lá para Assis milhares e centenas de jovens eco-

nomistas e criou aquilo que se intitula a economia de Francisco. É na mesma linha, de uma economia que gera vida, inclusão, e não morte. É por isso que a gente está insistindo, teimando, tentando vencer o nosso próprio governo da importância da economia solidária, que não pode ser apenas um nicho, um pedacinho de gente lá trabalhando fraternalmente e tal. Tem de ser uma forma de política que contamine, no melhor sentido do termo, toda a nossa filosofia econômica e de governo.

No atual governo existem iniciativas que facilitem o crédito para as cooperativas e viabilizem a compra dos produtos da economia solidária pelos governos? São duas questões que poderiam ampliar o cooperativismo no Brasil.

Temos um ótimo exemplo disso que você falou, que são os dois programas voltados para a agricultura e para a alimentação, fundamentais até hoje no nosso país. Um deles é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).



FOTO: GOOGLE IMAGENS

A Conab (Central Nacional de Abastecimento) compra das cooperativas, também de indivíduos, mas majoritariamente das cooperativas, o alimento, e esse alimento vem para o estoque regulador. Ou seja, a Conab precisa ter um estoque que ela vende para o mercado quando os produtos começam a subir, mas também servem para toda a nossa política social, hospitais, creches, enfim, tudo que é público e que precisa receber

A economia solidária combina totalmente, ela necessariamente é vinculada a essa proposta de uma nova relação com a mãe Terra, com a produção.

alimento. E junto com o PAA, foi criado também o Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que faz com que as prefeituras comprem pelo menos trinta por cento da alimentação escolar da merenda da agricultura familiar. Esses dois programas casados foram, sem dúvida nenhuma,

um fator fundamental para o desenvolvimento do mundo da economia solidária rural, das cooperativas e associações da agricultura familiar. Essa coisa da compra pública é muito importante no caso da economia solidária, junto com o financiamento. Vamos lembrar também que temos, no caso da agricultura familiar, o Pronaf, que é o financiamento da agricultura familiar. Com esses dois elementos combinados, financiamento público e compra pública, você catapulta não só o surgimento como o desenvolvimento das cooperativas. No caso urbano, infelizmente, industrial, comercial, nós não temos esse mecanismo, não temos um Pronaf, não temos um PAA, não temos um Pnae. Isso torna muito mais penosa a atividade das cooperativas urbanas. Por isso a nossa briga atual, internamente, no governo, para conseguirmos, por exemplo, essa questão das compras públicas. O caso que eu citei de Porto Alegre é virtuoso, em que um hospital público faz uma licitação, mas pontua

de maneira especial quem trabalha em cooperativa, e com isso a Justa Trama ganhou aquela licitação e pôde fornecer os lençóis para os hospitais. O governo do Rio Grande do Norte saiu na frente, com nossa querida Fátima Bezerra, e está fazendo um processo de compra pública na área da saúde, lençóis, luvas etc. Estamos em contato com o Ministério da Gestão, para que a gente possa cada vez mais incluir nos processos licitatórios do governo federal vantagens para quem trabalha com economia solidária. Por que o governo precisa fazer isso? Porque ele deve estimular essa nova forma de economia, que faz bem para o povo, traz vida, esperança e solidariedade, ao contrário da concorrência ou da acumulação de lucros nas mãos de tão poucos como nós temos pelo Brasil afora. ■

Mulheres do Salgueiro promovem qualificação profissional para emancipação feminina e defesa da vida na comunidade

POR ROSE SILVA

O coletivo Mulheres do Salgueiro surgiu em 2006 com a missão de defender os direitos das mulheres da comunidade e sua inclusão em atividades produtivas por meio de cursos de qualificação em moda, costura, economia criativa e solidária e geração de renda.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

A organização é sediada em São Gonçalo (RJ), mas suas ações já se expandiram para outras localidades. Além de inúmeras ações na comunidade, realizou quatro festivais culturais, incluindo a Feira do Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária, que contou com mais de 3 mil visitantes e 150 expositores das regiões de São

Gonçalo, Niterói, Maricá e Itaboraí.

Uma das fundadoras do coletivo é Janete Nazareth, que se mudou para o Salgueiro aos dois anos de idade, onde se casou e teve duas filhas. Quando se separou, encarou o desafio de criá-las e começou a participar de um movimento cuja perspectiva era pensar em alternativas de geração de trabalho e renda

para as trabalhadoras do lixão, onde havia muitas mulheres no subemprego e em condições bastante precárias. “A gente começou a ficar inquieta em relação a isso, e, como naquele momento, São Gonçalo era considerado um polo têxtil, a costura aparecia uma alternativa para que essas mulheres tivessem uma qualificação e deixassem de trabalhar no lixão. Eu era emprega-



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

da formal de uma fábrica de costura no Rio na época”, conta.

Por meio da parceria firmada entre duas instituições, uma brasileira e outra alemã, a Mulheres do Salgueiro receberam assessoria técnica e desenvolveram um projeto, com o qual conquistaram os primeiros aportes financeiros, compraram uma sede e migraram do campo das ideias para as ações.

“A partir de então, meu envolvimento foi total, pois me identifiquei com essa perspectiva de vida e, ao mesmo tempo, acabei saindo da fábrica. Ao 36 anos entrei na faculdade, fiz pedagogia na UF por entender que a educação é minha ferramenta,

o que possibilitou me empoderar mesmo nesse território”, relata.

No início a organização era focada na geração de trabalho e renda, mas logo as fundadoras se deram conta de todas as questões que perpassam a vida das mulheres que moram em favelas e o desafio que era a gestão desse projeto. Perceberam logo que a luta de fato era pelo direito à vida. “Quando a gente pensa em direito à vida, estamos falando mesmo dessa matéria física, tendo em vista a violência do Estado que a gente acaba sofrendo. Por isso, pensar na emancipação dessas mulheres acaba por ter um recorte de geração de trabalho e renda, de qualificação

profissional, e também de formação cidadã. Por isso a educação permeia todas as nossas ações”, afirma Janete.

O coletivo oferece gratuitamente um curso de qualificação profissional gratuitamente para as mulheres e, durante as aulas de costura e modelagem, abre espaços para falar sobre empreendedorismo, o papel da mulher na sociedade, os marcos históricos de violência vividos pelas mulheres ao longo da história. E trabalha também a partir de editais públicos ou com empresas privadas, além de manter um bazar que funciona com doações de peças novas por uma rede de lojas. ■



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Caderno 'Chacinas e Conflitos Agrários: os casos de Pau D'Arco e do Quilombo de Iúna' teve lançamento em Brasília

Evento reuniu representantes da Fundação Cultural Palmares, Secretaria Nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça, Secretaria Agrária Nacional e deputados federais

Nos dias 22 e 23 de abril, a equipe do Reconexão Periferias esteve em Brasília para lançar o caderno Chacinas e Conflitos Agrários: os casos de Pau D'Arco e do Quilombo de Iúna, que é o terceiro volume da Coleção "Chacinas e a politização das mortes: estudo de casos", idealizado pelo projeto. Nesta edição, pesquisadores fizeram entrevistas aprofundadas para retratar a situação no Pará e na Bahia, com base, respectivamente, nos episódios de Pau D'Arco e Quilombo de Iúna, ambos ocorridos em 2017. O primeiro deixou 10 mortos e o outro,

com 6 vítimas fatais, serviu de inspiração para o livro "Torto Arado", do escritor Itamar Vieira Júnior.

Participaram da mesa de abertura o presidente da Fundação Perseu Abramo, Paulo Okamoto, Iracilda Silva Santos, da Fundação Palmares, a secretária Nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça, Sheila de Carvalho, a secretária Agrária Nacional, Rose Rodrigues, e o deputado federal João Daniel. A mesa de abertura foi mediada por Camila Moreno, da Executiva Nacional do Partido. Estiveram no evento o vice-presidente da FPA, Brenno Almeida, e a diretora Ellen Coutinho,

Para apresentação e discussão do livro, foram convidados a organizadora da publicação e pesquisadora do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), Sofia Toledo, o coordenador do Reconexão Periferias, Paulo Ramos, a represen-



FOTO: DIVULGAÇÃO

tante de Pau D'Arco Maria de Lourdes, o representante de Iúna e da Comissão Pastoral da Terra, Claudio Dourado, a secretária Agrária Nacional, Rose Rodrigues, a coordenadora de Conflitos no Campo do Ministério da Justiça, Daniela Reis.

Na manhã do dia 22, em uma reunião com a ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Evaristo, a equipe apresentou os eixos de atuação do projeto, seus objetivos e os produtos já lançados. Após a reunião no MDHC, foi feita uma visita a alguns deputados da bancada do PT na Câmara dos Deputados, entre eles Maria do Rosário (RS), Kiko Celeguim (SP) e Juliana Cardoso (SP). ■



FOTO: DIVULGAÇÃO

Gabriel Cardoso, também conhecido como GC ARTE, é artista visual autodidata e arte-educador. Nascido e criado nos Jurunas, uma das periferias mais potentes de Belém (PA), desde 2017 vem trilhando um caminho focado em narrativas pretas e amazônicas, que mistura cultura local, ficção científica e crítica social. Sua prática começou com desenho tradicional, mas hoje faz arte digital.

As principais referências do artista vêm do Afrofuturismo, das aparelhagens, do carimbó, da Cabanagem, dos encantados e das expressões culturais das periferias amazônicas. Por meio da arte, ele propõe futuros onde corpos pretos e indígenas vivem com dignidade, tecnologia e pertencimento.

Participou de exposições

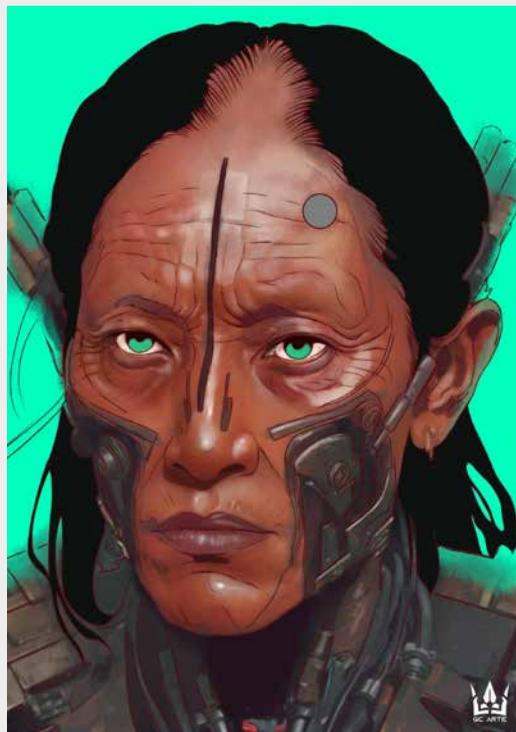
no Brasil e no exterior, como a 'The Democracy Project', em Manhattan, e foi o primeiro artista preto a expor uma ilustração digital no Museu de Arte de Belém. Ele também participou do Arte Pará 2024. Seu trabalho é um convite à imaginação radical de mundos possíveis a partir do Afrofuturismo Amazônico.

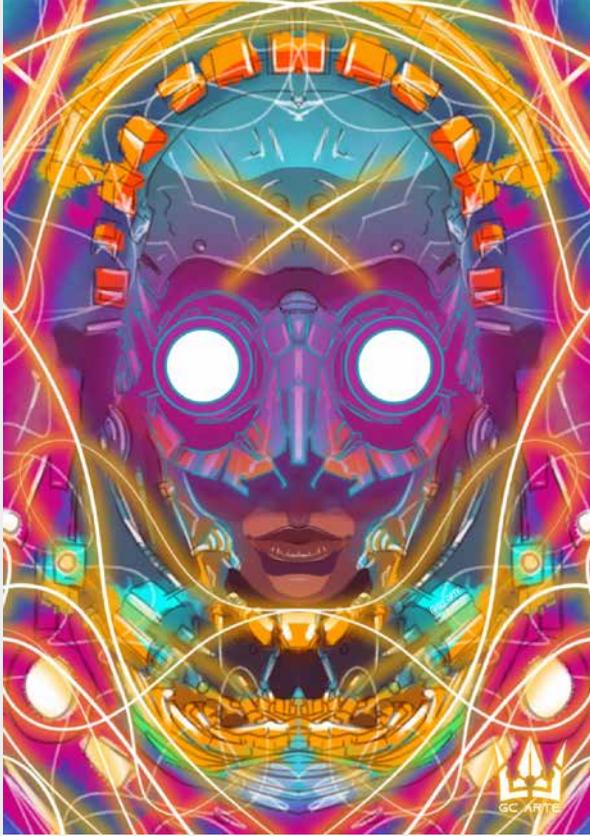
CONTATOS DO ARTISTA:

Whatsapp: 91998292091

Email: gabrielcardoso.arte@gmail.com

Instagram: @gc_arte





OPORTUNIDADES JUNHO/JULHO

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital de intercâmbio cultural Minc nº 1, de 5 de outubro de 2023	Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros com vistas a indenizar despesas de deslocamento, permanência e participação de agentes culturais, para apresentação de trabalho próprio, em eventos, festivais, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil e no exterior, que promovam o intercâmbio e a difusão de temas e expressões transversais que – por sua sazonalidade, peculiaridade, transversalidade ou ineditismo, não possuam locus institucional claramente definido no âmbito do Ministério da Cultura.	Até 31 de dezembro de 2026	https://mapas.cultura.gov.br/oportunidade/2059/
Edital de Chamamento Público nº 01/2025 SAF/MDA - DA TERRA À MESA	A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar e Agroecologia – SAF/MDA, torna público o presente Edital de Chamamento Público nº 01/2025 visando à seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução de projetos voltados à formação e estruturação produtiva para a promoção da transição agroecológica visando a produção de alimentos saudáveis pela agricultura familiar e suas organizações.	Até 23 de junho de 2025	https://www.gov.br/mda/pt-br/acao-informacao/participacao-social/Editais-de-chamamento-publico/2025/edital-de-chamamento-publico-no-01-2025-saf-mda-da-terra-a-mesa/edital-de-chamamento-publico-no-01-2025-saf-mda-da-terra-a-mesa?_authenticator=50802f8e8fad247141005d48fa85b999d1cfbd63&fbclid=PAQ0xDSwKlW-

OPORTUNIDADES JUNHO/JULHO

<p>Edital Enfrentando o Racismo a partir da Base 2025</p>	<p>O Fundo Brasil de Direitos Humanos convida organizações, coletivos e movimentos liderados por ativistas negros e negras a apresentarem propostas para o edital “Enfrentando o Racismo a partir da Base 2025”. O edital tem como foco o fortalecimento institucional desses grupos, oferecendo recursos financeiros e acompanhamento técnico para que os grupos consolidem sua estrutura material e institucional, otimizem sua atuação nos territórios e garantam a sustentabilidade de suas iniciativas de promoção de justiça racial e defesa dos direitos humanos da população negra brasileira.</p>	<p>Até 27 de junho de 2025</p>	<p>https://www.fundobrasil.org.br/edital/enfrentando-o-racismo-a-partir-da-base-2025</p>
<p>Amazônia Viva – Fortalecendo a Autonomia e a Resiliência dos Povos da Floresta</p>	<p>Esta chamada tem como objetivo apoiar projetos de organizações locais das comunidades tradicionais indígenas, territórios quilombolas e populações extrativistas da Amazônia brasileira, povos que contribuem significativamente com a conservação dos ecossistemas em seus territórios, por meio de iniciativas que valorizam o seu modo de vida sustentável e pelas suas ações que se enquadrem nas linhas temáticas.</p>	<p>Até 17 de junho de 2025</p>	<p>https://casa.org.br/chamadas/amazonia-viva-fortalecendo-a-autonomia-e-a-resiliencia-dos-povos-da-floresta</p>

OPORTUNIDADES JUNHO/JULHO

<p>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 013/2025 FESTIVAL DE INVERNO DE BONITO</p>	<p>A FUNDAÇÃO DE CULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - FCMS, aqui denominada ÓRGÃO PARCEIRO, habilitará Organizações da Sociedade Civil que tenham em seus estatutos finalidade cultural condizente com o objeto, a fim de selecionar projeto, mediante pontuação e critérios do presente Edital, para execução do "FESTIVAL DE INVERNO DE BONITO", conforme Termo de Referência (Anexo I) deste processo seletivo, por meio de Termo de Colaboração, sendo aplicada a este Edital a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Estadual nº 14.494/2016</p>	<p>Até 20 de junho de 2025</p>	<p>https://editaisms.prosas.com.br/edital?id=15677</p>
<p>Convocatória Funarte Mapeamento de Acervos de Arte no Brasil</p>	<p>A Convocatória Funarte Mapeamento de Acervos de Arte no Brasil é um serviço criado pelo Centro de Documentação da Funarte com o objetivo de identificar os acervos documentais, bibliográficos e artísticos pertencentes a artistas, coletivos, e entidades nas áreas das Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro e demais cidadãos. A identificação destes conjuntos é o primeiro passo para conhecermos onde, quantos e quais são as necessidades de tratamento e preservação dos acervos e coleções, desassistidos por instituições ou em situação de risco existentes em todas as regiões do país. Estas são informações fundamentais para a formulação futura de uma política para preservação dos acervos e valorização da memória das artes no Brasil.</p>	<p>Até 22 de Julho de 2025</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/15191</p>

<p>Sua iniciativa quer abrir um CNPJ?</p>	<p>A formalização de iniciativas que já estão atuando e transformando realidades nas periferias é um caminho para acessar recursos e estrutura para ampliar o trabalho. Para iniciativas, abrir um CNPJ significa virar uma OSC. Se você é integrante de uma iniciativa periférica e tem interesse em saber, entre em contato!</p>	<p>Contínuo</p>	<p>https://mapadasperiferias.cidades.gov.br/sua-iniciativa-quer-abrir-um-cnpj</p>
<p>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N 002-2024 - DIVERSOS SEGMENTOS CULTURAIS</p>	<p>Constitui objeto deste chamamento público a ATRAÇÕES ARTÍSTICAS PARA PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSOR ANTONIO CARLOS MARQUES, com o objetivo de difundir e valorizar a cultura, no município de Uberaba.</p>	<p>Inscrições contínuas.</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14475</p>
<p>Banco de Projetos Socioambientais</p>	<p>O Instituto EDP é o órgão gestor dos investimentos sociais do Grupo EDP no Brasil, atuando como uma plataforma de relacionamento que contribui para a inclusão social, qualidade de vida e bem-estar das comunidades onde a EDP atua. Dessa forma, criamos este presente canal de captação contínua para projetos sociais cujo propósito seja o desenvolvimento social, cultural e ambiental da comunidade(s) que atuam.</p>	<p>Inscrições Contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/</p>



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR